



PACTU

Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava

CUT BRASIL

CONTRAF

FETEC CUT PR
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DE EMPRESAS DE CRÉDITO DO ESTADO DO PARANÁ

Wendrel Minare assume a coordenação do Pactu



No dia 04/06, os sindicatos do Pactu (Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava) realizaram uma videoconferência de seu Conselho Político e de Imprensa. A reunião marcou a substituição temporária da coordenadora do Pactu, Nivalda Sguissardi, que requereu desincompatibilização de suas funções, conforme determina a legislação eleitoral, em função de sua pré-candidatura à prefeita de Campo Mourão. Por unanimidade, os sindicatos elegeram Wendrel Minare Vieira (**foto**), presidente do Sindicato dos Bancários de Paranavaí, para ocupar a coordenação do Pactu durante o período de afastamento de Nivalda. (**Leia mais em www.pactu.org.br**)

BB e Caixa

Proposta de privatização é “falta de visão”, diz economista

O presidente do Banco do Brasil (BB), Rubem Novais, voltou a defender a privatização da instituição. Na famigerada reunião ministerial de 22 de abril, Novais e o ministro da Economia, Paulo Guedes, alegaram que não faria sentido manter dois bancos públicos, o BB e a Caixa Econômica Federal. Para o economista Fernando Nogueira, a proposta de privatização das principais instituições financeiras do país é puramente ideológica e não tem viabilidade política, já que BB e a Caixa têm funções distintas e complementares. Trata-se, segundo ele, de uma desculpa utilizada pela equipe econômica do governo Bolsonaro pela inércia diante do atual quadro de estagnação da economia. (**Leia mais em www.pactu.org.br**)

PANDEMIA

COE Itaú cobra abertura de CAT para funcionários infectados pelo coronavírus

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú cobrou a abertura da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) para todos os empregados infectados pela Covid-19. A COE se baseia no fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter reconhecido que a contaminação por coronavírus se caracteriza como acidente de trabalho, após uma Medida Provisória ter criado uma norma falando o contrário. “Entende-se que, mesmo adotadas as medidas de prevenção, há o

risco de contaminação, tanto no percurso de sua residência até o local de trabalho, bem como em contato com os clientes e colegas no ambiente de trabalho”, diz um trecho do documento.

A testagem dos trabalhadores expostos ao contágio deve ser realizada com frequência, a cada oito dias, enquanto perdurar o estado de emergência e a pandemia do novo coronavírus. Tal protocolo deve ser estendido aos prestadores de serviço contratados por empresa terceirizadas.

Caixa relaxa medidas de segurança

O relaxamento de medidas de segurança dos empregados e o retorno da cobrança de metas, em plena pandemia da covid-19 e pagamento do Auxílio Emergencial, são assuntos que a Contraf-CUT quer debater com a Caixa.

Para tanto, já foi solicitada a reunião, por videoconferência. O “Projeto Remoto” é um dos principais itens do protocolo de atuação de

gestores e empregados. A medida, construída em conjunto com as entidades e o movimento sindical, é essencial para promover a saúde e defender a vida dos empregados e da população durante a pandemia.

Após cobrança da Contraf-CUT, a Caixa anunciou a prorrogação do projeto até 30 de junho. (**Leia mais em www.contrafcut.com.br**)

Santander ameaça demitir 9 mil bancários

O banco descumpriu promessa anunciada à imprensa e confirmada às entidades sindicais, de que não demitiria funcionários durante a pandemia da covid-19. No entanto, no dia 05/06, o Santander mandou embora ao menos 15 trabalhadores em São Paulo. Há denúncias de que as demissões continuam a ocorrer e que atingem outras cidades do país. (**Matéria completa no site: www.contrafcut.com.br**)

MP 936**“Não haverá alteração da jornada”, diz Fenaban**

O Comando Nacional dos Bancários cobrou dos bancos o respeito à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e a retirada das alterações do artigo 224 inseridas na Medida Provisória 936, sobre a jornada de trabalho dos bancários. A resposta da Fenaban foi enfática: não vai retirar, mas garantiu que não haverá alteração da jornada da categoria e, propôs, inclusive, prorrogar acordo de manutenção da jornada atual. Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT, comentou que é importante assegurar a jornada como está, sem alteração. Outras reivindicações importantes, mas ainda sem resposta, são: a ultratividade da CCT, (a prorrogação da Convenção e Acordos até que seja assinado um novo), a volta das homologações de rescisões de contratos nos sindicatos e a resposta com relação à complementação salarial dos trabalhadores que receberam alta do tratamento de saúde pelo INSS, mas não estão aptos para o retorno ao trabalho. A MP 936 seria votada no Senado na última quarta, 10/06, mas foi retirada da pauta. A Contraf-CUT tem feito contato diário com os senadores, com o objetivo de impedir a extinção da jornada de 6 horas da categoria bancária. **(Mais informações: acesse www.contrafcut.com.br)**

Leia também:**Contraf-CUT tira dúvidas dos bancários durante a pandemia**

www.contrafcut.com.br

Funcionários do BB esperam diálogo com nova diretoria da Cassi
www.pactu.org.br

Manifestações exigiram democracia e fim do racismo

As mensagens de ódio e de intolerância propagadas nos últimos meses por seguidores do presidente Jair Bolsonaro, com manifestações favoráveis a um golpe de estado, finalmente começam a encontrar reação na sociedade brasileira.

Nos últimos dias, movimento sociais, entidades, partidos e até torcidas organizadas de grandes clubes de futebol estiveram à frente de dezenas de manifestações democráticas em todo o país, contra o autoritarismo e o racismo e em favor da democracia. As passeatas aconteceram em 18 capitais, no Distrito Federal e dezenas de outras cidades. Os

manifestos lembraram vários casos de negros assassinados, entre eles a vereadora Marielle Franco e o adolescente João Pedro, no Rio de Janeiro.

No Brasil, além do preconceito racial, a luta também é para impedir a destruição de uma democracia conquistada sob suor, lágrimas e vidas de muitos brasileiros.

As manifestações mostraram que o autoritarismo é rechaçado pela grande maioria dos brasileiros que, com coragem, grita contra o fascismo e o racismo.

Acesse www.cut.org.br e veja como foram as manifestações.

STF barra censura do governo sobre números da covid-19

O ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar, no dia 08/06, contra a censura do governo de Jair Bolsonaro aos dados sobre a covid-19. A gestão Bolsonaro primeiro passou a retardar a divulgação dos dados. Em seguida, retirou do ar o site responsável pela exposição dos números. Depois liberou o site, mas sem expor a totalidade dos dados sobre a pandemia. Moraes determinou ao ministro da Saúde que mantenha, em sua integralidade, a divulgação diária dos dados epidemiológicos relativos à pandemia, como a totalização de casos de contaminação e mortes pela covid-19 no Brasil. Ao acolher a ação, o STF considera que a transparência nos números implica nas respostas do sistema público de saúde à pandemia.

Eleições Municipais**Calendário depende de parecer médico**

Defendido por governadores, prefeitos, parlamentares, partidos políticos e dirigentes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o adiamento das eleições municipais, previstas para outubro deste ano, será um dos assuntos na pauta do Congresso Nacional, na próxima semana. Líderes partidários vão se reunir com um grupo de médicos para tratar do assunto.

Os especialistas têm aconselhado o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a mudar a data do pleito em função da pandemia de covid-19. O grupo de médicos inclui epidemiologistas, infectologistas e um sanitarista, além de um biólogo e de um físico especializado em estatísticas de pandemia.



O presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, manifestou desejo de manter o calendário das eleições, mas ressaltou que “há um risco real e indistigável de que se possa ter que adiar”. No entanto, avisou que a decisão deve ser pautada por parâmetros sanitários e não políticos.